



Anais da Assembléia

Nº 25

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1978

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados Rosário Pitelli, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

OFÍCIO Nº 60/78

Curitiba, 06 de abril de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para indicar os seguintes Senhores Deputados da Arena, que deverão compor a Comissão Especial para apreciar o Projeto de Lei nº 177/77, oriundo da Mensagem Governamental nº 131/77: EFETIVOS: Gilberto Carvalho, Dácio Leonel de Quadros, Ezequias Losso e Augusto Carneiro; SUPLENTE: Basílio Zanusso e Rosário Pitelli.

Sendo o que me cumpria manifestar, reitero-lhe meus protestos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem, do Sr. ANTÔNIO SCHINCARIOL, sogro do ex-Deputado Estadual e atual Chefe da Casa Civil, Dr. Armando Queiroz de Moraes.

O extinto exerceu, por muitos anos, atividades comerciais na cidade de Tietê, no Estado de São Paulo, onde, em razão de sua liberalidade no tratamento cordial que sempre dispensou

lamentam a perda de seu ilustre concidadão.

Requer, ainda, que após a aprovação do presente, o seu conteúdo seja levado ao conhecimento de seus familiares, a fim de que recebam também a manifestação de sentimento deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata referente à presente sessão, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. ANTÔNIO SCHINCARIOL, ocorrido em data de 05 do corrente mês.

O extinto, pessoa altamente relacionada em nossa sociedade, onde exerceu por longos anos suas atividades no comércio, onde se houve sempre, com lisura e alto espírito de humanidade.

Era sogro de nosso antigo companheiro de Assembléia, Dr. Armando Queiroz de Moraes, a quem, inclusive à sua esposa, requer-se seja dado ciência do presente expediente.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvida a Casa, seja concedido um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO SCHINCARIOL, ocorrido ontem (05/04/78), nesta Capital, sendo o falecido, membro da família (sogro) do eminente Chefe da Casa Civil do Estado, Dr. Armando Queiroz de Moraes.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Frederico Ernesto Virmond, expondo o seguinte:

O Município de Dois Vizinhos, um dos mais prósperos da região do Sudoeste, contando com três distritos populosos no interior, sede de Comarca, tem população fixa de aproximadamente 68.000 habitantes.

Contudo, por constituir-se em ponto de convergência de cinco importantes rodovias, tem esta população grandemente aumentada por uma população flutuante permanente.

Isto impõe ao município, o ônus de manter eficiente policiamento de caráter preventivo, por razões óbvias.

Pelo exposto, solicita-se sejam procedidos estudos visando a instalação de uma Companhia da Polícia Militar do Estado, na sede do município, o que lhe permitirá atender realmente as necessidades acima expostas.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição assenta em justa reivindicação da comunidade de Dois Vizinhos, baseada na necessidade de se dar ao município, melhores condições de segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar da ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. SALVADOR NATUCCI, ocorrido na Cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que as linhas telefônicas usadas para fins comerciais, sofram elevação no limite do número de impulsos gratuitos, atualmente igual a 90 (noventa).

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A medida proposta pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, fundamenta-se, principalmente, na maior taxa cobrada das linhas com fins comerciais e, também no seu maior uso. Seria justo que às empresas, exatamente por pagarem maior taxa e por usarem mais seus telefones, fosse ampliado o número de impulsos gratuitos, sem prejuízo dos demais usuários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado à Presidência da C.P.I. da Criminalidade, o exemplar anexo do jornal "Diário do Paraná", de hoje, tendo em vista notícias publicadas, inclusive com fotos estarrecedoras, sob o título "Polícia Castra e Mata Dois no Oeste do Paraná", dada a gravidade dos fatos ali relatados.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor OSIRES STENGUEL, DD. Secretário dos Transportes, no sentido de um apelo para a conservação e reparos nas placas de sinalização existentes na Rodovia BR-476, que liga São Mateus do Sul a Curitiba, estrada esta que está sob a responsabilidade do DER.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se nosso apelo, tendo em vista o grande fluxo de veículos que por ela transitam com a abertura da BR-153, rodovia que atinge grande extensão da BR-476, se faz necessário para maior segurança dos usuários das referidas estradas.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 32/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar ALBINO FEIJÓ SANCHES, a Unidade Escolar recém construída no Parque das Indústrias, na Cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

Com a presente proposição, visamos homenagear um dos pioneiros de Londrina.

Albino Feijó Sanches, nascido em Jaboticabal, Estado de São Paulo, em 23 de abril de 1898, foi um dos pioneiros de Londrina, onde chegou no mês de junho de 1934 — ano de fundação da cidade.

Era casado com Dona Adelaide de Jesus Sanches, tendo tido 12 filhos.

Foi motorista, agricultor e comerciante, tendo falecido em 22 de abril de 1970.

Foi o idealizador do loteamento "Parque das Indústrias", tendo sido o doador da área de terras onde hoje se localiza a nova escola.

Pela sua vida e pelo seu pioneirismo, estamos seguros que é das mais justas a homenagem pretendida.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste recinto, do Vereador de São José dos Pinhais, Sr. Estanislau Lipiski.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Dácio Leonel, primeiro orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ganha destaque hoje no Estado do Paraná, notícia de sua sucursal de Londrina, anunciada com a pomposa manchete de que o Governo tira da Folha os suplementaristas.

A nota oficial assinada por Vanoly Fernandes em nome da subsele da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, não defende o professor, mas muito pelo contrário serve para fins de verdadeira agitação no seio da classe.

A notícia fala em intranquilidade da classe, cuja intranquilidade na verdade está sendo criada pela própria Associação.

Há na verdade uma diferença fundamental entre defender direitos e interesses do professor e simplesmente agitar e intranquilizar o professorado.

E, lamentavelmente, tais pseudo-líderes da classe estão apenas tumultuando, agitando e intranquilizando nosso professorado, certamente para colher reflexos políticos já que estamos num ano eleitoral.

Na verdade, através do SIP — Sistema Integrado do Pagamento da Secretaria de Finanças, foi expedido circular aos diretores dos estabelecimentos de ensino, comunicando que os boletins de frequência dos professores suplementaristas, a partir de 1º de março do corrente ano, deveriam obedecer as novas designações para aulas suplementares.

Isto é lógico, uma vez que os contratos para aulas suplementares são feitos pela Secretaria da Educação através de designação que vão de 1º de março a 28 de fevereiro do ano seguinte.

É evidente que sempre existem no novo período alterações, com diminuição ou aumento de aulas, com novos professores, com professores que se transferem, com professores que deixam de lecionar, com alterações provocadas pelas prioridades — e, como conseqüência, há necessidade de novas designações para que se evite distorções.

Para isso houve uma definição através de Resolução baixada conjuntamente pelas Secretarias da Educação e de Recursos Humanos, estabelecendo-se prazos para apresentação das propostas de aulas suplementares.

Tais propostas deveriam ser apresentadas nas Inspetorias de Ensino até o dia 02 de fevereiro e pelas Inspetorias junto Secretaria da Educação, até o dia 10.

Isso é tão evidente que as propostas já apresentadas ao setor competente da Secretaria de Educação pelos estabelecimentos de ensino, já foram devidamente elaboradas e encami-

nhadas para a devida implantação do pagamento para a Coordenação do Cadastro e ao Sistema Integrado de Pagamento.

Contudo, se atrasos existem, são devidos ao fato de inúmeras direções ou inspetorias não terem encaminhado tais propostas.

Como se observa, não há nenhuma razão para alarme e muito menos para a nefasta ação dos alarmistas que o que querem é exatamente a confusão.

Tal circular teve na verdade um único objetivo, visando esclarecer os diretores de estabelecimentos de ensino para que só atendessem o problema de frequência aos suplementaristas efetivamente designados para o corrente ano letivo.

O que deveria o pseudo-líder da classe, exonerando inclusive das suas funções de professor por abandono de cargo, era ter lembrado que no mês de março, todos os professores do ensino médio já percebem pelos novos níveis de vencimentos, de acordo com a Lei 6892, que determinou a transposição desses professores para o novo quadro do estatuto do magistério, aprovado por esta Casa.

Estamos seguros, isto sim, que o professorado paranaense não aceita mais esse tipo de politicalha e de agitação.

A verdade, os próprios suplementaristas conhecerão e não tardará muito para que possam aquilatar até que ponto chegam certos indivíduos, para, pensando em promoção própria, serem capazes de criar tanta intranquilidade para chefes de família.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

(Pausa).

Não se encontrando no recinto, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que vivemos a pior taça apocalíptica de todos os tempos, analisando os violentos acontecimentos que se registram nesta Nação e principalmente no Paraná.

Desta tribuna, dezenas de vezes, Deputados das duas representações partidárias denunciaram quase que constantemente a arbitrariedade policial e a violência que se comete em nome da lei e pelos homens responsáveis pela boa condução da sociedade. Em primeira página, o "Diário do Paraná", traz estampado o horrendo crime policial ontem cometido, quando dois cidadãos são espancados, seviciados e mortos pela polícia, inclusive castrado um deles. Verifica-se que neste país se espalhou o ódio, se espalhou a vindita, se espalhou a desonestidade de uma tal maneira que não há condição de se conduzir sem o arrepio e sem o medo, porque a própria autoridade se destaca como os piores criminosos e quase sempre sem sofrer punição.

Segunda-feira passada eu recebia, por volta das seis horas da tarde, em meu gabinete, um cidadão que, vindo de minha região, aqui se instalou com uma pequena empresa de serviços, onde mantém oito ou dez empregados. Este cidadão, na tarde de segunda-feira, sem saber porquê motivo foi apanhado dentro de sua empresa por uma Radiopatrulha da Polícia Militar e conduzido a uma das Delegacias, que, na oportunidade, ele nem sabia informar qual delas.

Lá na escrivaninha do Delegado estava sentado um cidadão que o recebeu lhe tratando com os piores pronomes e ameaçando-lhe surrar. E de imediato produzia os trabalhos de receber a sua ficha, para recolhê-lo, em seguida, à cadeia.

Em dado instante, diz o depoente, o Delegado deixava a sala e outro cidadão que estava ali perto se aproximava dele, e dizia:

— "Se você me der cinco mil cruzeiros, a situação fica acertada". E o resultado é que o queixante deu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 5 mil cruzeiros para o Delegado, através de um cheque por si emitido. Chegando ao meu gabinete, pedi que

fosse imediatamente ao Banco e sustasse o pagamento do cheque, e oficiou de imediato, ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pedindo as providências.

Não sei se as providências foram tomadas, não sei se era delegado ou não era. Mas, certeza eu tenho, que era um funcionário da Polícia do Paraná, corrupto e indigno e que deveria estar trancafiado na cadeia.

E pedirei de imediato ao Sr. Secretário de Segurança do Paraná, resposta, sobre o meu ofício, e providência sobre os fatos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, o empresariado do Paraná deve estar muito tranqüilo, graças a uma declaração muito confortadora, do Ministro da Fazenda, que afirmou à imprensa, que o governo, por justiça, deve também pagar correção monetária dos seus débitos para com a iniciativa privada.

Mas, Srs. Deputados, nós propomos na sessão de hoje, um requerimento no sentido de que esta Casa, faça um apelo ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), no sentido de que aquele órgão do Governo Federal possa, com emergência, legalizar a situação funcional de mais de 80 funcionários que estão atualmente servindo à Universidade Federal do Paraná, nos diversos setores daquela entidade.

Esses funcionários, juntamente com aproximadamente mais 2.900, em torno de três mil funcionários, foram, quando ocorreu a transformação do Departamento de Correios e Telégrafos em empresas, para o setor de inativos, disponíveis do governo central.

E, posteriormente, por determinação do próprio governo, esses funcionários foram convocados para serem redistribuídos em diversos órgãos, de inúmeros Ministérios.

Ora, mas por razões as mais condenáveis, de toda esta leva de servidores, estão apenas os 80 funcionários que foram para o Ministério de Educação e Cultura servir a Universidade Federal do Paraná, ainda irregulares, na sua situação funcional.

Ora, convocados em abril de 1977, esses servidores assumiram os seus novos cargos a partir do mês seguinte, o mês de maio. E exatamente a partir do início de sua posse, começaram a perceber também por determinação do Governo, vencimentos bem maiores do que aqueles que recebiam no extinto DCT, em torno de 100 por cento de aumento. Tiveram os seus vencimentos praticamente duplicados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por culpa dessa burocracia perniciosa e insensível, por culpa quem sabe de órgãos do Governo Federal, incapazes e também insensíveis, está se configurando aí uma atitude totalmente discricionária. Quando uma parcela pequena dessa leva de funcionários está aí a ser ofendida com uma atitude até imoral. Com uma taxa inflacionária que balança aí nos 3 e meio a 4 e meio por cento ao mês, corroendo o já minguado dinheiro, principalmente do funcionalismo público.

Cada um desses 80 funcionários deve ter nas mãos do Governo, em torno de vinte mil cruzeiros, cada um, acumulados desde maio do ano passado, até a presente data.

E por mais clamorosos que têm sido os apelos formulados ao Ministério da Educação e Cultura, à Universidade Federal do Paraná, ao próprio Departamento Administrativo do Serviço Público, o DASP, estão aí os funcionários públicos, a perceber o miserável salário que percebiam quando funcionários do ex-DCT.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu proponho, na forma regimental, a remessa de expediente desta Assembléia, ao DASP, consubstanciada em apelo. (Lê):

"Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscrive, requer, após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO (DASP), consubstanciado em apelo, no sentido de que seja procedido, com emergência, a plena legalização da situação funcional de aproximadamente oitenta (80) servidores oriundos do extinto Departamento de Correios e Telégrafos e que, desde mês de maio do ano passado, foram incorporados na Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

Com a transformação ocorrida no DCT, os funcionários dos órgãos, pertencentes ao Ministério das Comunicações, foram colocados no Setor de Inativos Disponíveis (SID). No mês de abril do ano passado, através de determinação governamental, cerca de 3.000 (três mil) servidores foram convocados e redistribuídos para inúmeros setores de diversos outros Ministérios. Dos convocados, apenas os oitenta funcionários colocados no Ministério da Educação e Cultura, a serviço da Universidade Federal do Estado, estão ainda com a situação funcional indefinida, com os processos "encalhados" no Departamento Administrativo do Serviço Público.

Convocados em abril, os servidores assumiram seus novos cargos exatamente no mês de maio ano passado, com salários aumentados em quase 100 (cem) por cento. Entretanto, em razão da tramitação burocrática necessária para a legalização funcional da incorporação, encontram-se apenas os oitenta funcionários espalhados pelos órgãos da Universidade Federal do Paraná, PERCEBENDO OS MINGUADOS SALÁRIOS QUE RECEBIAM NO EX-DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

A previsão é de que, por culpa exclusiva da insensibilidade e incapacidade de alguns órgãos governamentais, o Governo Central deve aproximadamente Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), acumulados desde maio de 1977, para cada um dos oitenta funcionários referidos.

Com uma jornada de trabalho, anteriormente de seis horas diárias, agora o período é de oito horas, o dinheiro sagrado do servidor público, que já é pequeno, passa a ser injusto e irracional corroído pela aviltante taxa inflacionária que balança dos 3,8 a 4,5 por cento ao mês. Trata-se de uma atitude ilegal, imoral e ofensiva do Poder Público para com o funcionalismo, inclusive, discricionária porque deu tratamento diferente para outros servidores.

O Ministro da Fazenda está declarando pela imprensa que os débitos do Governo para com o setor privado também serão passíveis de correção monetária, tendo considerado injusto que o Governo atrase seus compromissos e não pague correção monetária.

E com o funcionalismo, a atitude do Governo será justa? — Não deve o Governo também pagar a devida correção monetária pela retenção de dinheiro que não lhe pertence, por culpa exclusiva sua?"

Eu concluo, Sr. Presidente, apenas enfocando o seguinte aspecto. Se para com o setor privado o Sr. Ministro da Fazenda que tem permitido as maiores atrocidades expropriativas no setor financeiro deste país, declara alto e bom som, que ao Governo convém também pagar a correção monetária dos seus débitos, nós gostaríamos de saber se com o funcionalismo público, a atitude do Governo, será diferente? Se seria injusto também o Poder Público pagar a correção monetária devida ao funcionalismo público, exatamente por estar retendo, por exclusiva culpa sua, o dinheiro que não lhe pertence.

Por isso conto, Srs. Deputados, com a compreensão e aprovação do Plenário para que esta matéria possa levar o cla-

desrespeitados nos seus legítimos e justos interesses.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O novo Presidente da República decidiu abrir seus pontos de vista a respeito de alguns dos mais importantes problemas brasileiros.

Dentro de sua estratégia, não podemos dizer eleitoral, mas de preparação de comando, pretende obter o grau de proeminente entre todos os brasileiros. Eis que era até aqui, em primeiro lugar, um oficial-general; e em segundo lugar o chefe do Serviço Nacional de Informações — vale dizer talvez o setor mais importante no aparelho de Estado dos regimes de exceção.

Embora já esteja eleito na escolha de seus Pares mais íntimos e que detêm o governo nacional, depois de assegurar-se da subserviência da cúpula que manda no partido do governo, esforça-se na popularização de seu nome, seus méritos e sua capacidade crítica e de governo.

O General João Batista Figueiredo assume, ainda com discrição, o papel de herdeiro do comando das aspirações nacionais. E se esforça para somar uma nação cada vez mais dividida justamente pela política de que é herdeiro e futuro executor-mor.

De algum forma, as expectativas das correntes de opinião nacionais foram alentadas com a abertura do General Figueiredo, em sua primeira grande entrevista à imprensa?

Parece que sim. O General Figueiredo não fez contradições diretas às diretivas traçadas pelo General Ernesto Geisel. Sem muito entusiasmo, sem ênfase nem brilho expositivo, afirmou-se amante da democracia-da-oportunidade e sem opiniões divergentes.

Há identidade entre os generais Figueiredo e Geisel. Mas há discrepâncias e contradições, especialmente sobre alguns pontos da maior importância. Por exemplo, o General Geisel revelou-se um democrata-de-palavras convencionais e um autocrata de fato; mostrou-se um cidadão de mediana capacitação cultural prejudicado pela formação, atitudes e raciocínio. Protegido por um estilo autoritário apresentado como austero.

O General Figueiredo é igualmente autoritário, mas a rispidez e a agressividade substituem o modelo de austeridade desejada. A mediana capacitação cultural também aqui se mostra, revelada mais facilmente pelo sarcasmo e a mordacidade dos descompensados. Aliás, a auto-suficiência da formação incompleta, hoje, passa a ser um estilo copiado dos tecnocratas quando respondem ao irrespondível.

Num país onde setores das autodenominadas elites vêm em pessoas isoladas a raiz e a condução dos eventos nacionais, pode não ser correto, porém é conforme, tratar em primeiro plano, as questões de personalidade e talento. E, também, as questões de estilo.

Para aqueles raros brasileiros e muitos estrangeiros que desejam a conservação da antidemocracia, da excepcionalidade, o General João Batista Figueiredo é uma garantia de conservação, e até, de fixação.

E a maioria da opinião nacional?

O General João Batista Figueiredo, com mais firmeza do que o General Ernesto Geisel, disse e não mandou dizer que em política e cultura tem um profundo desprezo pela opinião das pessoas comuns, dos comuns-mortais. Como decorrência de suas expressões sobre a condição política da sociedade brasileira, podemos inferir que o general e algumas outras pessoas estão qualificadas para compreender as realidades brasileiras e, também, a mundial; o povo não. Assim, nada mais natural do que uma obsessão do candidato-presidente a respeito de castas, estamentos, hierarquias, chefias, lideranças. Nesta questão,

Talvez, mesmo o General Ernesto Geisel não avançasse a tanto.

Talvez a imagem, de que o espírito por vezes se socorre, que melhor possa sintetizar o pensamento e a ação do General Figueiredo seja a de um modelador — não um escultor capaz de criar — uma inversão do pedagogo, a formar e conformar vontades, substituindo as iniciativas do cidadão e do povo pelos seus desejos e aspirações.

Enquanto, no entender do General Figueiredo, o brasileiro não está "maduro", não está "pronto", personalidades e ícones deverão ser reverenciados como "Condottieri". E a casta dos capazes levará Nação a seus destinos.

Mas, quem são os capazes?

E qual o critério do General Figueiredo para definir quem é capaz e quem não é, acima do consenso nacional?

Também nessas questões o General Figueiredo é arbitrário: os capazes são os capazes; os que estão ao seu lado, em cima.

Assim como a grande maioria da opinião nacional é incapaz, todos os que se opõem ao governo e às idéias do General Figueiredo são incapazes.

Se não incapazes, simples contestadores desde já sem condições de nacionalidade e expressão política. O mínimo que poderão conceder às pessoas de razoável senso, inclusive no governo, é a de que o candidato eleito não tem as qualificações esperadas para conduzir o país neste período de graves dificuldades.

Não só de opiniões de personalidades vive a Nação, mas elas vêm do novo presidente-eleito.

A "realpolitik" do General João Batista Figueiredo, extravasa do campo político-institucional, a principal questão brasileira, e toca as necessidades e o direito social, confronta trabalhadores e empresários, funcionários e produtores diretos, e traceja, com humor anedótico, o espírito de iniciativa empresarial e da pecuária.

A análise e a síntese das abordagens do candidato-eleito estão expressas no fraseado anedótico que pretendeu mostrar conhecimento e domínio das matérias. Porém, no máximo, agradou os despreparados e aqueles que cultivam frases como "jogo da inteligência".

Muito pouco disse, efetivamente, o candidato-eleito. O que disse, disse mal. Entretanto, revelou muito; muito mais do que talvez desejasse o seu despreparo.

Procurando posar de pragmático sem ser ecumênico, o novo Presidente mostrou um objetivismo sem base; revelou que adota alguns dos objetivos da atual política econômica, desprezando as análises e fundamentações que a formaram. Num rompante, mostrou desconsiderar de uma só vez a história, as aspirações e a vontade nacional; passou por cima dos difíceis ajustamentos entre os interesses nacionais e os mundiais nas condições históricas do Brasil de hoje. Não leva em conta mesmo os caminhos traçados por seus antecessores imediatos.

O General Figueiredo, em sua notável fala, mostra desprezar os meios para atingir os fins, mesmo que eles sejam duvidosos e até inaceitáveis para a maioria do povo brasileiro.

Desejoso de recompor uma unidade minoritária, balda-se a lançar diretivas, cada vez menos possíveis ante a evolução da consciência nacional e as impostergáveis aspirações das classes sociais brasileiras.

Todavia, uma coisa é o que pensa e quer o General João Batista Figueiredo. Outra é a realidade, apesar de seu amor à palavra realismo.

O futuro do Brasil depende menos do que pensa o General Figueiredo, do que dos problemas que hoje enfrenta, e a capacidade nacional de resolvê-los. Mas é muito importante saber quem vai nos conduzir, ou conduzir o governo minoritário, durante os momentos históricos decisivos para encontrar os caminhos, no reencontro da nação consigo mesma.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Ex.^a permite um aparte? — (Assentimento) Agradeço ao Deputado Trajano Bastos, o aparte, e desejo cumprimentá-lo por trazer, à tribuna, um pronunciamento de ampla e profunda importância.

Eu não tive a satisfação, eminente Deputado, de assistir à entrevista do futuro Presidente da República...

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu diria a insatisfação, nobre Deputado.

O Sr. Valter Pietrângelo — ... e tomo agora, conhecimento, através do pronunciamento de V. Ex.^a, de conceitos emitidos pelo futuro Presidente do Brasil que, efetivamente, nos entristecem.

Quando o País vive realmente uma fase de transição, pelo menos é assim que nós sentimos, e vemos o momento nacional, quando o País busca pelos mais diversos setores nacionais o caminho da conciliação, da harmonia, quando nós temos dentro de nós, aquela sensação de que nem nos importa mais a política partidária até, a ARENA, o MDB são de somenos importância, exatamente pelo instante brasileiro, quando a Nação passa por problemas financeiros e econômicos, sociais, graves, e que o esforço, o sacrifício, a participação de todas as inteligências, realmente inteligentes, livres, educadas, devem somar os seus esforços para que se encontre caminhos mais capazes. O Governo Federal continua com a imagem e fortalece a imagem de violência, de arbitrariedade, e o pior de tudo, Deputado, de incapacidade. Se nós buscamos uma forma política, uma forma de governo que faz parte do sentimento espiritual inclusive, do povo brasileiro, a democracia, é porque tentamos encontrar, evidentemente, dias melhores, vida melhor, bem estar nacional.

Ora, a tolerância, a compreensão, a esperança e o anseio nosso, chega a tal ponto, que suportaríamos até uma ditadura se fosse o caso, mas desde que o Governo fosse capaz, no plano social, de efetivamente, atender as necessidades do cidadão, daquele que tem fome, daquele que não tem paz, do brasileiro que não tem saúde.

Nós estávamos no Noroeste do Paraná, na cidade de Loanda, quando vimos pela imprensa, o noticiário das prisões efetuadas pela Polícia Federal, naquele sábado e ficamos revoltados com o escandaloso espetáculo armado em torno do assunto, a título de se preservar a segurança nacional.

Ora, Sr. Deputado, eu lá no interior, senti, junto ao homem da roça, da lavoura, ao comerciante, ao liberal da cidade pequena, o mesmo sentimento de revolta, porque enquanto o Governo se mobiliza desta forma, a título de preservar a segurança nacional, de combater a perversão ideológica, violenta, prende de uma forma violenta, seqüestra, inteligências que tem um pouco mais de velocidade, que não são comunistas, fascistas, ou inimigas da paz, mas que simplesmente ainda tem coragem de externar em seu seio, de busca de inteligência superior, de caminhos mais objetivos e evoluídos para o País.

Lá no interior está até o próprio fazendeiro sem condição financeira de manter o colono, de plantar a próxima safra, porque acreditou no Governo. Fez os seus financiamentos e por circunstâncias tantas, até desde a perversão da filosofia cooperativista, até o PROAGRO incapaz, o abuso da política de preços dos defensivos e corretivos, a existência de preços mínimos injustos e reais, a inexistência de uma política de comercialização interna e externa evoluída, tudo isso, mais problemas climáticos que exterminaram praticamente 50 por cento da nossa próxima safra, está o colono a ingressar o batalhão de "bóias frias" do Estado e os proprietários fazendeiros, situantes, a cada período, perderem sempre mais as suas propriedades para o Poder Público. Ora, indagamos em nome da região, que a região deseja saber do Governo, que parâmetros deve o Governo Central adotar para estabelecer o que seria pernicioso para a segurança nacional. Se há ainda uma plêiade de inteligências que têm a coragem, a ombridade de buscar novos caminhos,

não ideológicos, caminhos democráticos para um Brasil, ou se perigo para a segurança nacional é a população abandonada, desassistida, homem sem paz, sem saúde, desamparado pelo Poder Público.

Evidentemente, Deputado Trajano Bastos, que essas circunstâncias todas fazem com que a Nação esteja com ansiedade de reencontrar o caminho da normalidade constitucional, normalidade jurídica, uma normalidade política, e, principalmente, uma política econômica-financeira, uma política agrícola, política educacional, uma política exterior capaz, porque neste Governo, por incrível que pareça, não há uma Pasta que funcione. Todas elas têm demonstrado uma incapacidade inaceitável e, inaceitável, exatamente, para o Governo, com toda essa arbitrariedade e com toda essa violência que, tristemente, quando se aspira uma mudança de Governo, caminhos diferentes e atitudes mais nobres, se antevê, na entrevista do futuro Presidente, a negação dessa esperança que invade os corações de todos os brasileiros libertos e descomprometidos.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Trajano Bastos. Naturalmente, o Paraná esperava que um representante deste fabuloso Estado protestasse contra os conceitos emitidos por S. Ex.^a, o Sr. Gal. João Batista Figueiredo, em sua famosa entrevista publicada na "Folha de São Paulo". E V. Ex.^a cumprindo o seu dever, está dando uma satisfação ao povo do Paraná. Em verdade, não apenas o paranaense mas, a Nação inteira, mesmo vivendo num regime de exceção, o futuro Presidente contesta, para dizer, regime de leis de exceção, ditando cátedras, certamente; a Nação inteira esperava que o futuro Presidente da República fosse, pelo menos, um homem educado, civilizado. Que demonstrasse à Nação brasileira, urbanidade para o exercício da mais alta magistratura deste País. E ele não o fez. Foi incivil, foi cruel, recebeu mal a imprensa em seu gabinete, agrediu a imprensa e a Nação brasileira, também, porque agrediu o povo na pessoa de um Senador, de um ilustre Senador que, hoje, lhe deu a resposta através da imprensa brasileira de não ser verdadeira uma afirmativa de que invadiu a Rádio Guaíba do Rio Grande do Sul.

Sua Ex.^a contestou o tempo todo os jornalistas; S. Ex.^a proclamou, para desgraça desse querido país, a morte do liberalismo; S. Ex.^a sequer aprendeu as lições de democracia que lhe foram dadas pelo valoroso General Euclides Figueiredo, do cárcere, preso pela ditadura de Getúlio Vargas, assimilou apenas as lições de matemática que foram ministradas pelo seu ilustre pai.

Que será deste país no futuro, que será deste país se um cidadão, como disse o ilustre Presidente do Movimento Democrático Brasileiro, despreparado para a função, vai exercer a mais alta magistratura do País? Que será? Dias tenebrosos, nobre Deputado, nos aguardam com toda a certeza. Essa é a dedução que eu tirei da sua infeliz entrevista na "Folha de São Paulo", e eu sobretudo como homem, como cidadão, protesto como faz V. Ex.^a da tribuna, contra os seus infelizes conceitos. Mas, como disse certa vez dessa mesma tribuna, jamais abandonarei a luta. Pertencço à classe política; pertencço ao Poder Legislativo, agredido por ele também. Agredido pelo futuro Presidente da República, o Poder Legislativo ao qual pertencço.

Quando diz ele da corrupção praticada pelo Poder Legislativo, como se corrupção não existisse em todos os Poderes, até mesmo no maior Poder dessa Nação, que é na realidade as classes armadas. A corrupção também anda rondando militares, quer seja soldado, quer seja general. Mas S. Ex.^a agride apenas o Poder Legislativo, porque pertencemos a ele. Onde a Revolução dos nossos sonhos?

Não posso negar nunca que fui e continuo sendo, não desta Revolução, daquela sonhada por tantos e que se perdeu

no tempo. É verdade, nobre Deputado, que se perdeu para dar lugar ao afilhadismo que está aí predominando na Nação brasileira. São os afilhados que tomaram conta deste Poder, protegidos pelas Forças Armadas que têm outra função, função única e somente conhecida, porque consta que em todas as Constituições Democráticas do mundo as Forças Armadas são para garantir a Pátria, no interior e exteriormente. Entretanto, tomaram o poder pela força, pela entrevista, e pela entrevista de S. Ex.^a o futuro Presidente da República, não pretendem jamais entregar o Poder aos civis.

Quem sabe, nobre Deputado, é um desabafo, é um desabafo porque como o General, também fui militar; como o General também estive em zona de guerra, para defender a democracia, e continuo defendendo contra até mesmo, generais ou marechais, ou donos das Forças Armadas. O General, no seu entendimento, prestigiou a Aliança Renovadora Nacional com a sua inscrição para ser o Presidente da República, não é candidato do povo, é candidato de um homem só; do homem mais poderoso desta Nação, o Presidente Geisel, com o Ato -5 a lhe dar toda cobertura. Deus queira que no futuro tenhamos leis, para salvaguardar o povo, porque no momento só temos leis para salvaguardar os militares que se encontram no Poder.

E pelo visto, tão cedo, já que morreu o liberalismo, tão cedo, veremos civis no comando desta Nação.

Ou militares, com idéias civis, eleitos diretamente pelo povo, no comando desta Nação; V. Ex.^a protesta contra a entrevista de S. Ex.^a o Gal. João Batista Figueiredo, futuro Presidente da República, receba a minha solidariedade com essas considerações.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ilustres Deputados, que me honraram com seus apartes, ilustre Deputado Barbalho, a solidariedade que deveria de receber ao meu pronunciamento, acabo de receber com o aparte brilhante de V. Ex.^a.

Tenho dito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, várias vezes desta tribuna, e no desenrolar deste pronunciamento me obrigo a repeti-la, para perguntar aos donos do Poder, que País é este. Que País é este, que permite, Srs. Deputados, a existência do Esquadrão da Morte, e S. Ex.^a o Gal. Figueiredo, confessa-se incapaz de resolver este problema. Mas o sistema e os poderosos do momento encontram facilidade para cassar mandatos por carimbo; que País é este, Srs. Deputados, que enquanto um Alencar Furtado é afastado criminosamente da vida pública nacional, um dos maiores assassinos desta República, permanece em liberdade, o Delegado Fleury, Chefe do Esquadrão da Morte; que País é este, Srs. Deputados, que um Capitão da Aeronáutica foi cassado pelo arbítrio e pela prepotência do AI-5, porque ousou não aceitar ordens de um Brigadeiro no famoso episódio do PARASAR; quando um Departamento da Aeronáutica, pretendia usar aquele departamento como força de repressão. Que País é este, Srs. Deputados, que enquanto prende-se um Coronel, e reformula-se a sua pena para mais dez dias, porque ousou dizer o que pensava e vemos os órgãos de repressão deste País a promover seqüestros. Que país é este, Srs. Deputados, que o Secretário de Segurança do Estado declara à imprensa que ele mesmo comandaria o seqüestro?

Que País é este, Srs. Deputados? Que democracia relativa é esta, pregada pelo Sr. General Ernesto Geisel? Porque nem esta adjetivação merece, o regime político brasileiro da atualidade. Se querem levar este País a uma ditadura, que tenham a coragem de confessar. Mas que não promovam o engodo.

Ainda há pouco assistimos, a nação inteira assiste à pregação do famoso diálogo, sem que a Nação conheça uma linha sequer da proposta da reforma política, anunciada pelo Governo. Diálogo, como disse Brossard, entre um partido sem vez e um partido sem voto. Um, que recebe ordens expressas do Planalto e o outro preterido pelo Planalto.

Queira Deus, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta Na-

ção não venha a presenciar ou continuar presenciando, continuar convivendo com o arbítrio e a prepotência que há 14 anos envolve a Nação Brasileira. Queira Deus que um dia, não alicerçados nos princípios esposados pelo Príncipe Herdeiro desta República, mas por homens que tragam na sua formação, que possam ter a sensibilidade suficiente, para transferir para o Poder, as verdadeiras aspirações nacionais.

Tinha razão e V. Ex.^a disse bem, Deputado Barbalho, o Presidente Nacional do MDB, disse Ulisses Guimarães, que até os monarcas são preparados para o Reinado, para o Trono, e no Brasil não acontece isto. Isto quer dizer que o nosso regime é pior do que a Monarquia.

Mas ainda, embuído da esperança que é a característica do povo brasileiro, façamos votos de que idéias, como as esposadas pelo novo Presidente, não permaneçam. E que até a História não registre, para que este País amanhã não se envergonhe perante as demais Nações do mundo.

Obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**
O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**). — Consulto a Liderança do MDB se deseja ocupar os 15 minutos que lhe são reservados. — **(Pausa).**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falou o General Figueiredo.

Na colocação que fez das suas idéias deu bem o retrato-perfil do que realmente é.

A Nação está aterrorizada.

Apenas os incapazes, apenas os irresponsáveis, mesmo quando transitam, por órgãos de responsabilidade, de representação, apenas esses sorriem o sorriso doentio dos que não entendem o que está ocorrendo; ou dos que não importa o que está a ocorrer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o eminente Deputado Trajano Bastos, com seu talento e brilho de sua inteligência, pôde, mais uma vez, nesta Casa, e agora incisivamente, fazer uma análise da postura daquele que será Presidente.

Parece-me que com a fala do General, queira ou não, se abriu o debate, se abriu a polêmica.

E tão sinistra foi a sua colocação que me parece válido que se aborde o seu posicionamento sobre os mais variados ângulos, sobre os mais diversos títulos de análise.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho também para tratar dessa questão.

(Lendo): "A nação condicionada ao silêncio imposto pela mordida oficial, censurada e desinformada, teve um perfeito retrato do mutismo nacional, pela informação seca, curta, breve, alarmante do General candidato e sucessor no Mando do País, que mesmo ungido pela esquisita e inaceitável sistemática de rodízio de nomes no grupo dominante, não lembrou que devia ser mais candidato que General, e afirmou, ante o pismo geral, que "candidato não fala".

O inexplicável silêncio foi sendo preenchido.

Algumas palavras, alguns sons, ruídos às vezes.

A Nação começa, nestes dias, a tomar conhecimento das idéias e dos conceitos daquele que, sem a sua anuência, deverá ser alçado, nos próximos meses, ao mais alto posto de Governo, no Brasil. Começam a ser veiculadas pela imprensa do País, "entrevistas exclusivas" concedidas pelo apontado futuro Presidente, e agora General, já de quatro estrelas, João Batista Figueiredo.

Ante a perplexidade da consciência nacional, nenhuma surpresa, até agora.

Em verdade, melhor que não falasse.

E melhor ainda que não materializasse o que fala.

O Chefe do SNI, em seus depoimentos, confirma, alarmantemente, os temores que sobressaltam os democratas brasileiros, alimentando a certeza de que o futuro, projetado do atual estágio, nos reserva apenas e tão só o continuísmo, e no

seu caudal, até mesmo mais e outros retrocessos.

Cabe aqui, não uma análise dos conceitos emitidos pelo General, os quais, em última instância, não passam de apenas mais uma malfadada tentativa de justificar o arbítrio e o estado de exceção, hoje imperantes no país. Justificar, sim, porque diante de tão largas evidências do que tem se abatido sobre a Nação, abandonou-se a técnica do engodo e do ilusionismo, para se assumir, por inteiro, a postura de prepotência, tentando, aí e agora, sustentá-la pelos frágeis e distorcidos argumentos, que a nada resistem, mas que agridem a tradição e o anseio nacionais.

Cabe sim, mesmo sem maiores aprofundamentos, apontar as gritantes contradições, transparentes até mesmo aos mais distanciados analistas, e que, ao longo do tempo, se evidenciam no sistema e entre os seus homens, tornando-se, cada vez mais, abertas, agudas, irreparáveis.

Senhores, poderia mais se esperar de um futuro mandatário que sem qualquer constrangimento, não hesita, um só momento, em manifestar, a idéia retrógrada anti-democrática e, pelos fatos que se vive, até inescrupulosa, — de que o povo brasileiro não está preparado para votar?

Fosse válida a proposta, que o país abomina, e mais que proposta, a coercitiva imposição que se fez incorporar na nossa sistemática, violentando os nossos costumes, ainda assim, isso configuraria um demérito gravíssimo a esse Governo, de já 14 anos, que por todas as formas tenta condicionar a consciência da nação, sonogando-lhe informação e cultura, minimizando as verdadeiras possibilidades de aprendizado e educação, embotando cérebros e sufocando talentos, buscando com isso, conscientemente ou não, reduzir a padrões cada vez mais baixos, a capacidade popular.

Povo não escovar os dentes ou não usar banheiros, no exemplo recolhido na tropa pelo General, pode ser e certamente será reflexo de problemas sérios e graves que a evidência faz emergir.

Problemas capazes de justificar um elenco de medidas, e entre elas, pelo malogro palpável dos modelos implantados pelo Governo, até mesmo a sua substituição da Administração e de sua filosofia.

O que não se justifica é a inversão de verdades, pela qual busca depreender o General a certeza de que "... o povo é des-preparado para o voto".

A marginalização com que se quer tratar a soberania popular, o faz desejoso de acreditar na inexistência de uma "opinião pública", perdendo, com isso, entre outras coisas, a oportunidade de conhecer a que dimensões as populações reduziram o conceito que têm do Governo. Isso, embora, o Estado seja imensamente pródigo em permanentes e massificantes propagandas das "insuperáveis" conquistas governamentais, tentando, assim e exatamente com isso, manipular a opinião pública, induzindo-a a crer em milagres renovados. Mas, de toda a forma, vedando e obstruindo o quanto pode os caminhos para as urnas.

Ajunta a isso, a afirmativa de que os futuros Governadores de Estado, na safra que se aproxima, deverá ter sua colheita entre os áulicos que possam dispor de condições ou instrumentos para conduzir o sempre lealmente servil partido situacionista à vitória nos pleitos menores deste 1978. Antepondo às questões de maior relevo da vida dos Estados, o interesse que proclama maior, de arrebatá-la maioria dos votos. E para isso se oferece, desde a Lei Falcão e o Pacote de Abril, o AI-5 e todo o arsenal de legislação excepcional, até os meios corruptores do anunciado Projeto Lindoso.

A realidade, bem diversa, é outra. O nosso povo está, e muito bem, preparado para o exercício da democracia, e por isso, do voto. Dispõe de melhores condições de escolha que o inovado e cada vez mais diminuto colégio eleitoral que a ficção técnico-militar inventou para a manutenção dos interesses hoje

planos de benefícios e serviços, entre outras.

As suas atividades, abrangem todos os territórios do nosso País, e possui o reconhecimento público na esfera federal, através do Decreto Federal n.º 4575 de 02/09/72. No Estado do Paraná, a Sociedade tem a sua representação e vem desenvolvendo suas atividades, de acordo com os seus Estatutos Sociais, razão pela qual estamos apresentando o presente projeto de lei que esperamos receba o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 150/77

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a representação, no Estado do Paraná, da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 150/77

Do exame da certidão do registro da referida entidade, no Ofício dos Registros Especiais da Comarca de Santa Maria - RS, do exame de seus estatutos, regularmente registrados com o Corpo Diretor; e da declaração do autor do presente projeto de lei, que enaltece os objetivos a que se propõe a referida Sociedade; verifico preenchidos os requisitos legais necessários à pretensão do projeto, opinando pela sua aprovação, na forma do Substitutivo que integra o presente.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MUGGIATI FILHO — Relator

O SR. PRESIDENTE (**Ernesto Gnoato**). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Dácio Leonel, Ezequias Losso e Augusto Carneiro, como membros efetivos e Basílio Zanusso e Rosário Pitelli, como suplentes, para comporem a Comissão Especial para apreciar o Projeto de Lei n.º 177/77, oriundo de Mensagem Governamental n.º 131/77. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Schincariol. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni com o apoio do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Schincariol. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, com o apoio do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Schincariol. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salvador Natucci, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo no sentido de determinar a conservação e reparos nas placas de sinalização existentes na Rodovia BR-476, que liga São Mateus a Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sam-

paio, constante do expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que as linhas telefônicas usadas para fins comerciais, sofram elevação no limite de números de impulsos gratuitos, atualmente igual a 90 (noventa). — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de tomar providências visando a conservação da estrada que liga a cidade de União da Vitória à Cruz Machado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal de Telêmaco Borba, pela passagem do seu 1.º ano de atividades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, consubstanciado em apelo no sentido de que o órgão ministerial adote providências contra os abusos cometidos pelo Prefeito Municipal de Maringá na taxaçaõ do Imposto Predial e Territorial Urbano para o corrente exercício. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, em forma de pedido de informações, se houve, entre a referida Secretaria e a Prefeitura Municipal de Icaraíma, convênio para a construção de Sub-Posto de Saúde no Distrito de Vila Rica do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de fornecer a esta Casa sobre, se houve, entre a referida Secretaria e a Prefeitura Municipal de Icaraíma, convênio para a construção de Sub-Delegacia de Polícia no Distrito de Vila Rica do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à douta Comissão Executiva, seja providenciada a construção, em caráter precário, de uma rampa de acesso ou de uma escada, no local onde está sendo construído o prédio novo, na divisa com o Tribunal de Justiça. — **À Comissão Executiva.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Sociedade Thalia, consubstanciado em voto de congratulações, pela posse do novo Conselho Diretor, cujo Presidente é o Doutor Eolo Schwartz. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao jornal "O Jornal de Maringá" tendo em vista os vinte e cinco anos de circulação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro dos Transportes, Diretor Geral do D.N.E.R. e ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando seja executada em regime de prioridade a segunda pista das Rodovias 369 e 376. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, no sentido de que sejam procedidos estudos visando a instalação de uma Companhia da Polícia Militar, na sede do Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao DASP, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja procedido com emergência a plena legalização da situação funcional de aproximadamente 80 servidores oriundos

do extinto Departamento de Correios e Telégrafos, e que, desde o mês de maio do ano passado foram incorporados na Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja encaminhado à Presidência da C.P.E. da Criminalidade, o exemplar do jornal "Diário do Paraná" tendo em vista notícias publicadas, inclusive com fotos estereoscópicas, sob o título "Polícia Castra e Mata Dois no Oeste do Paraná. — **A Comissão que estuda a Criminalidade no Estado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, propondo solidariedade ao trabalho, à luta e às posições dos estudantes universitários de Londrina, através de seu Diretório Central dos Estudantes. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Solicito seja procedida a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Defiro. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa); os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

12 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam. O SR. ENÉAS FARIA — Não há "quorum" para deliberação... O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — E nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 7, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

8.ª LEGISLATURA — 4.ª LEGISLATIVA

ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, e presentes os Senhores Deputados: Dácio Leonel, Fabiano Braga Côrtes, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, bem como os Srs. Líderes das Bancadas da Arena e MDB nesta Casa. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI N.º 2/78, do Deputado Luiz Roberto Soares. Declara de utilidade pública o Lar São Mateus, com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2). PROJETO DE LEI N.º 3/78, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Denomina Prefeito José Amin Matte, a Escola de Ensino de 1.º Grau da sede do Município de Chopinzinho. Relator: Deputado Fabiano Braga Côrtes. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3). PROJETO DE LEI N.º 4/78, do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais - ASEM, com sede na cidade de Rio Branco do Sul. Relator: Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4). PROJETO DE LEI N.º 9/78, do Deputado Egon Pudell. Denomina Anita Lopes Canet, o Hospital Regional da cidade de Cascavel. Relator: Deputado Fabiano Braga Côrtes. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5). PROJETO DE LEI N.º 168/77, do Deputado Fuad Nacli. Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais S.O.S., com sede na cidade de Porecatu. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6). PROJETO DE LEI N.º 172/77, do Deputado Osvaldo Macedo. Denomina Rodovia do Milho, a estrada de rodagem que liga Ivai-norã a Mauá. Relator: Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL.

Aprovado. 7). PROJETO DE LEI N.º 181/77, do Deputado Gilberto Carvalho. Cria no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de Marisa, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8). PROPOSIÇÃO N.º 1/78, do Poder Executivo. Ofício encaminhando Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 139/77, do Deputado Aragão de Mattos Leão. Relator: Deputado Fabiano Braga Côrtes. Parecer FAVORÁVEL à apreciação do Veto pelo Plenário. Aprovado. 9). PROPOSIÇÃO N.º 2/78, do Poder Executivo. Ofício encaminhando Veto ao Projeto de Lei n.º 83/75, do Deputado Ivo Thomazoni. Relator: Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL à apreciação do Veto pelo Plenário. Aprovado. 10). PROJETO DE LEI N.º 12/78, do Poder Executivo. Mensagem n.º 1/78, encaminhando anteprojeto de lei que fixa novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado, e dá outras providências. Relator: Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Em discussão. O Sr. Deputado Muggiati Filho faz referência ao Protocolado n.º 2124, do Dep. Fidelcino Tolentino. Defendendo sua inclusão no referido Parecer. Sugere ainda, a inclusão dos Membros da Magistratura ao alcance dos efeitos do artigo 1.º, do Projeto de Lei n.º 12/78. Em discussão. O Senhor Presidente, conforme acordo com as lideranças das Bancadas e para melhor estudo do Projeto em apreço, suspende a reunião por vinte e quatro horas.

Aos vinte e hum dias do mês de março do corrente ano, às dezesseis e trinta horas, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo e presentes os Senhores Deputados: Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Luiz Alberto de Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho e Waldenício Barbalho foi reaberta a reunião, constando da Ordem do Dia que se segue: 11). PROJETO DE LEI N.º 8/78, do Deputado Ivo Thomazoni. Doa ao Município de Medianeira lotes rurais que especifica, para construção do Aeroporto local. Relator: Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12). PROJETO DE LEI N.º 169/77, do Deputado Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmeira, parte do imóvel que especifica. Relator: Deputado Gilberto Carvalho. Deferida vista ao Deputado Waldenício Barbalho, com Regime de Urgência. 13). PROJETO DE LEI N.º 177/77, do Poder Executivo. Mensagem n.º 131/77, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre nova estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado. Relator: Deputado Gilberto Carvalho. Requer seja encaminhado à Mesa Executiva para, de acordo com a Constituição Estadual e Regimento Interno, ser apreciado por Comissão Especial, em razão de ser Lei Complementar. Deferido. 14). PROJETO DE LEI N.º 178/77, do Poder Executivo. Mensagem n.º 138/77, encaminhando anteprojeto de Lei que confere ao Poder Executivo autorização para permutar com o Município de Maringá área de terras que especifica. Relator: Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 15). PROJETO DE LEI N.º 12/78, do Poder Executivo. Mensagem n.º 1/78, encaminhando anteprojeto de Lei que majora o vencimento dos cargos efetivos e em Comissão do funcionalismo público, e dá outras providências. Relator: Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL com EMENDA alterando a redação do artigo 2.º. Em discussão. O Sr. Deputado Muggiati Filho apresentou Emenda alterando a redação do art. 2.º. Em discussão e votação. Aprovado o Parecer com a EMENDA n.º 1 do Deputado Ezequias Losso. Prejudicada a Emenda n.º 2, do Dep. Muggiati Filho, em razão da Aprovação da Emenda n.º 1. Votos vencidos na Emenda n.º 2, dos Senhores Deputados Muggiati Filho, Maurício Fruet e Waldenício Barbalho. 16). PROTOCOLADO N.º 2.023/78, da Comissão Executiva. Consulta sobre a aplicação do Decreto n.º 584, de 30 de agosto de 1977. Relator: Deputado Ezequias Losso. Parecer: esclarece que a matéria assume aspecto puramente administrativo, fugindo da competência desta Comissão. Em discussão. A Comissão aprova o Parecer com alterações redigidas pelo Sr. Deputado Muggiati Filho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, marcando outra, em caráter ordinário, para amanhã. Lavrei a presente Ata, que após lida e lida, conferida e conferida, foi assinada por mim, o Secretário da Comissão, e pelo Sr. Presidente da Comissão, e por todos os membros da Comissão.

pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Senhores Deputados Membros da Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
Rita Soares Bertoli, Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos vinte e nove dias do mês de março, do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, às dezesesseis e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, compareceram os Senhores Deputados Muggiati Filho, Vice-Presidente da Comissão, Gilberto Carvalho e Waldenício Barbalho, com o fim de realizarem a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo número legal, o Senhor Vice-Presidente não abriu a reunião, nada ficando decidido. Nada mais havendo para constar, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados Membros da Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
Rita Soares Bertoli — Secretária

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 160/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "23"

RUBYS DE SOUZA — Mat. 569	Por Antigüidade
JOSÉ ROSA FILHO — Mat. 340	Por Merecimento

PARA O NÍVEL PL "22"

MARIA DA LUZ AZEVEDO SOARES — Mat. 538	Por Antigüidade
JONAS ZAMPIER — Mat. 334	Por Merecimento

PARA O NÍVEL PL "21"

MARIA LÍDIA RATZK — Mat. 539 —	Por antigüidade
ODAHIR COSMOS — Mat. 575	Por Merecimento

PARA O NÍVEL PL "20"

JOSÉ ARY VALÉRIO — Mat. 392	Por Antigüidade
MARIA IGNEZIA C. FAGUNDES — Mat. 219	Por Merecimento

PARA O NÍVEL PL "19"

MAURÍCIO GONÇALVES — Mat. 152	Por Antigüidade
MARIA ARANTES DE LIMA — Mat. 216	Por Merecimento

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 6 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 161/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder acesso na inicial da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, às funcionárias abaixo citadas:

PARA O NÍVEL PL "18"

ROSALINA PEREIRA SANTIN — Mat. 224 — Por Antigüidade
MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES — Mat. 217 — Por Merecimento

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 162/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "17"

MARLENE PERRY GONÇALVES — Mat. 158	Por Antigüidade
JACYRA MACHADO BINI — Mat. 208	Por Merecimento

PARA O NÍVEL PL "16"

HONÓRIA CORDEIRO — Mat. 201	Por Antigüidade
ROSÁRIA CARDOSO DE LIMA — Mat. 225	Por Merecimento

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 163/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614/77, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "23"

AYRTON PRECOMA — Mat. 511	—	Por antigüidade
RUBENS DAMAS — Mat. 371	—	Por antigüidade
FRANCISCO BUBNIKI — Mat. 367	—	Por Merecimento

PARA O NÍVEL PL "22"

LUIZ CARLOS MOLINARI — Mat. 090	—	Por antigüidade
LÍDIA MUCHINSKI — Mat. 482	—	Por antigüidade
ANTÔNIO DOS SANTOS RIBAS — Mat. 357	—	Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "21"

EMERENTINO DA CRUZ PACCA — Mat. 469	—	Por antigüidade
JURACY JOSÉ SOMMAVILLA — Mat. 351-	—	Por antigüidade
NEVINHA MARIA CARDOSO — Mat. 595	—	Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "20"

CLEMETILDE DELFINA BORTOLON — Mat. 382	—	Por antigüidade
CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA — Mat. 387	—	Por antigüidade
MARIA DE LOURDES MALTAURO — Mat. 181	—	Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "19"

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA — Mat. 398	—	Por antigüidade
SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE — Mat. 405	—	Por antigüidade
ROQUE DE CRISTO — Mat. 085	—	Por merecimento

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 164/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "17"

ALZEMIRO ARTIGAS — Mat. 381 — Por antigüidade
 ALEXANDRE RADICHESWSKI — Mat. 388 — Por antigüidade
 JOSÉ CARLOS P. PORTELLA — Mat. 574 — Por merecimento
 Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 165/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder acesso na inicial da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia a funcionária abaixo relacionado:

PARA O NÍVEL PL "18"

IZAURA BUENO — Mat. 204 — Por merecimento
 Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

PROMOVER a funcionária abaixo relacionado da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "17"

CENIRA DOS SANTOS FREITAS — Mat. 194 — Por merecimento
 Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 167/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "23"

ACIR VILLATORE — Mat. 364 — Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "22"

SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO — Mat. 172 — Por merecimento
 Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 168/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "30"

DARCI ANTÔNIO BUDELL — Mat. 062 — Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "29"

WILIANS ROLANDO ROMANZINI — Mat. 354 — Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "28"

JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA G. REDONDO — Mat. 265
 Por antigüidade
 JUDETH SCHOLTZ — Mat. 463 — Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "27"

ZENO PACIORNIK — Mat. 411 — Por antigüidade
 IBANEZA SANTOS SALLES — Mat. 122 — Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "26"

RUTH DE CAMILO RUSSI — Mat. 296 — Por antigüidade
 LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL — Mat. 422 — Por merecimento
 Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 169/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

PROMOVER a funcionária abaixo mencionada, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "27"

MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELEM — Mat. 250 — Por antigüidade
 Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 170/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 30 de agosto de 1.977, deste Poder,

R E S O L V E:

readaptar, na inicial da Série de Classes de Advogado, nível PL "26", o funcionário ALCEU ALVES PASSOS, matrícula nº 112, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 171/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "23"

IONE CHAVES CAPRILHONE — Mat. 337 — Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "22"

MANOEL AGUIAR FILHO — Mat. 399 — Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "21"

LUIZ FRANCISCO FONTOURA — Mat. 604 — Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "20"

RENE VASCO GARCIA — Mat. 429 — Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "19"

SEBASTIÃO DE CRISTO — Mat. 113 — Por merecimento
Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 172/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder acesso na inicial da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à funcionária abaixo relacionada:

PARA O NÍVEL PL "18"

MARIA DE LOURDES SANTOS — Mat. 561 — Por merecimento
Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 173/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

PROMOVER o funcionário abaixo mencionado da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "17"

JOSÉ DA TRINDADE — Mat. 503 — Por merecimento

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 174/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8614, de 31 de agosto de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder acesso na inicial da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "18"

MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA — Mat. 214 — Por antigüidade

ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS — Mat. 190 — Por antigüidade

ANTÔNIO CECCOM — Mat. 554 — Por merecimento

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1.978

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 110/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2498, de 28 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 101/78, do funcionário NELSON AUGUSTO ARAÚJO, matrícula nº 501, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 111/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2742, de 04 de abril de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, matrícula nº 512, ocupante do cargo em Comissão de Contador Geral, desta Assembléia, para, representar como Delegado da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no IV SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO, a realizar-se em Porto Alegre, no período compreendido entre os dias 09 a 14 de abril do corrente ano, em substituição ao funcionário AYMORÉ OD ROCHA, anteriormente designado pela Portaria nº 92/78.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 112/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2584, de 30 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, do funcionário EMÍLIO MAURO BARBOSA, matrícula nº 310, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Adv-

gado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 113/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2676, de 03 de abril de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, do funcionário ISRAEL DINIZ, matrícula nº 069, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 114/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2720, de 03 de abril de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ALBERTO SAVOYA ASSEF — Mat. 147

ALBINO DE BRITO FREIRE — Mat. 055

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 115/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2331, de 22 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 864/77, da funcionária LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO, matrícula nº 437, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 116/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2558, de 30 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

designar, IZIDORO CECCON, matrícula nº 071, ocupante do cargo de nível PL"17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços como Motorista, junto ao Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 117/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2672, de 03 de abril de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária AGAR LEILA DE MENDONÇA, matrícula nº 079, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 03 de abril de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 118/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2497, de 28 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido, a Portaria nº 02/78, na parte que se refere ao funcionário ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO, ora à disposição deste Poder, o qual foi autorizado a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 15 de março de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA Nº 119/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1623, de 07 de março de 1.978, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar o funcionário WILSON DE ARAÚJO GOES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Arena, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1.978;

II — designar o funcionário ALCEU RAMOS, matrícula nº 363, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Administrativo, a partir de 1º de abril de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1.978

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral